

Relatório do Auditor Externo

Ao Executivo Municipal do:

Município de Ourém

I – Introdução

O presente relatório é emitido nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 52º do Decreto –Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro, relativamente ao trabalho efectuado no âmbito das nossas funções como Auditores Externos do Município de Ourém, reguladas no n.º 3 do art.º 48º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais)

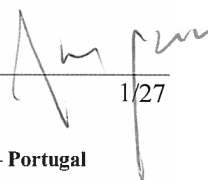
Procedemos à revisão legal de contas do Município relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias.

Em resultado do exame efectuado emitimos as certificações legais de contas (individuais e consolidadas).

II – Procedimentos de Auditoria

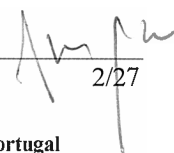
2.1. O nosso trabalho consistiu, entre outros aspectos, no seguinte:

- (1) Reuniões com o Sr. Presidente do executivo municipal, com o Diretor Administrativo e do Planeamento (DAP), com o Chefe Divisão Gestão Financeira (DGF), com o Chefe Secção de Contabilidade e outros responsáveis tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.



1/27

- (2) Realização de trabalho de auditoria, no mês de setembro de 2011, para a emissão do Parecer semestral, relativo ao 1º semestre de 2011, e que compreendeu:
- a) Testes ao sistema de controlo interno, nomeadamente nas áreas de Pessoal, aquisições de bens e serviços, e Disponibilidades;
 - b) A revisão analítica de saldos e transações;
 - c) A verificação dos mapas de execução orçamental;
 - d) A verificação do endividamento líquido da autarquia;
 - e) A verificação das exigências legais quanto á publicitação de informação; e
 - f) A análise documental de transações.
- (3) Realização de trabalho de verificação final, no meses de Fevereiro, Março e abril de 2012, no qual foram executados vários procedimentos de auditoria, sendo de destacar:
- a) Revisão analítica de saldos e transações;
 - b) A análise documental de transações;
 - c) Verificação dos mapas de execução orçamental;
 - d) Verificação do mapa de execução das Grandes Opções do Plano (GOP);
 - e) Verificação do endividamento líquido, endividamento a M/L prazo e curto prazo;
 - f) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
 - g) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas e que se encontram divulgadas nos respectivos Anexos;
 - h) Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos e provisões para redução de activos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
 - i) Verificação do processo de consolidação de contas do Grupo Municipal de Ourém;
 - j) Solicitámos a Declaração do órgão executivo prevista nas Normas Técnicas de Revisão/Auditoria da OROC;
 - k) Apreciámos o relatório de gestão (individual e consolidado) e a proposta de aplicação dos resultados apresentados, os quais satisfazem os requisitos legais e verificámos a conformidade da informação financeira constante do relatório com as demonstrações financeiras do exercício.


2/27

- (4) Apresentamos nos capítulos seguintes deste relatório, com mais detalhe, os outros procedimentos de auditoria que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos.

III – Notas sobre saldos de contas e transacções (óptica patrimonial do POCAL)

3.1 Revisão das transacções

No nosso trabalho de auditoria procedemos à revisão analítica, a qual será explanada nos quadros seguintes, e à verificação documental das transacções, numa base amostral. Esta análise documental, permitiu-nos verificar: 1) a ocorrência das transacções; 2) a integralidade do registo das transacções; 3) as quantias e outros dados relacionados com as transacções foram apropriadamente registados; 4) o registo no exercício a que dizem respeito; e 5) que as transacções foram registadas nas contas apropriadas.

a) Comparação dos resultados

RUBRICA	Ano		VARIAÇÃO 2011/10	
	2011	2010	VALOR	%
CUSTOS E PERDAS				
Custo das existências vendidas/consumidas	799.392,03	914.308,99	(114.916,96)	-12,6%
Fornecimentos e serviços externos	10.188.818,82	9.552.379,53	636.439,29	6,7%
Transf. e Sub. correntes concedidos e prest. sociais	1.483.599,82	1.512.749,48	(29.149,66)	-1,9%
Custos com o pessoal	7.059.581,36	8.474.264,85	(1.414.683,49)	-16,7%
Outros custos e perdas operacionais	167.848,74	135.203,31	32.645,43	24,1%
Amortizações do exercício	10.639.804,79	10.440.584,62	199.220,17	1,9%
Provisões do exercício	3.258.664,62	913.375,55	2.345.289,07	256,8%
Custos e perdas financeiros	989.530,58	333.269,35	656.261,23	196,9%
Custos e perdas extraordinários	2.176.428,95	4.326.414,89	(2.149.985,94)	-49,7%
	36.763.669,71	36.602.550,57	161.119,14	0,4%
PROVEITOS E GANHOS				
Vendas	7.819,14	8.786,05	(966,91)	-11,0%
Prestações de serviços	1.388.506,46	1.390.765,02	(2.258,56)	-0,2%
Impostos e taxas	7.898.860,47	8.815.582,44	(916.721,97)	-10,4%
Proveitos suplementares	128.460,09	169.346,71	(40.886,62)	-24,1%
Transferências e subsídios obtidos	15.271.487,69	16.660.438,17	(1.388.950,48)	-8,3%
Trabalhos para a própria entidade	202.578,07	1.498.833,42	(1.296.255,35)	-86,5%
Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00	0,00	
Proveitos e ganhos financeiros	1.646.652,57	1.603.501,57	43.151,00	2,7%
Proveitos e ganhos extraordinários	4.584.672,27	1.638.840,95	2.945.831,32	179,8%
	31.129.036,76	31.786.094,33	(657.057,57)	-2,1%
Resultados operacionais	(8.699.998,26)	(3.399.114,52)	(5.300.883,74)	-155,9%
Resultados financeiros	657.121,99	1.270.232,22	(613.110,23)	-48,3%
Resultados correntes	(8.042.876,27)	(2.128.882,30)	(5.913.993,97)	-277,8%
Resultados extraordinários	2.408.243,32	(2.687.573,94)	5.095.817,26	189,6%
Resultado líquido do exercício	(5.634.632,95)	(4.816.456,24)	(818.176,71)	-17,0%

Da análise do quadro anterior verifica-se que, face ao ano anterior (2010), os resultados do município sofreram uma evolução desfavorável, em virtude de um crescimento de cerca 191 mil euros (+0,4%) nos custos e perdas, e uma diminuição de cerca 657 mil euros (-2,1%) nos proveitos e ganhos.

Os meios libertos líquidos do Município (Resultados Líquidos + Amortizações + Provisões) ascenderam a 8.263.836 € em 2011, contra os 6.537.504 € de 2010, ou seja, registaram um aumento de 26,4%.

Ao nível dos custos e perdas, as rubricas cujo valor absoluto registou uma maior subida comparativamente a 2010 foram as seguintes:

- provisões do exercício (+ 2.345.289,07 €);
- custos e perdas financeiras (+ 656.261,23 €); e
- fornecimentos e serviços externos (+ 636.439,29 €).

Por outro lado, as rubricas que mais decresceram foram:

- custos e perdas extraordinários (- 2.149.985,94 €); e
- custos com pessoal (- 1.414.683,49 €).

Relativamente aos proveitos, destaque para o aumento proveitos e ganhos extraordinários (+2.945.831,32 €); em sentido inverso, realce para as diminuições ocorridas nas transferências e subsídios obtidos (- 1.388.950,48 €), nos trabalhos para a própria entidade (- 1.296.255,35 €) e nos impostos e taxas (-916.721,97 €).

Apresentaremos de seguida uma análise mais detalhada dos principais custos e proveitos ocorridos no ano.

b) Análise comparativa dos principais custos:

- Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

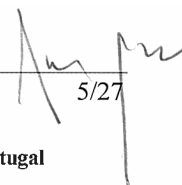
DESIGNAÇÃO	2011	2010	VARIAÇÃO 2011/10	
			VALOR	%
Custo das Mercadorias vendidas	4.514,32	13.196,75	-8.682,43	-65,8%
Custo das Matérias consumidas:	794.877,71	901.112,24	-106.234,53	-11,8%
- Matérias primas	403.025,15	350.912,68	52.112,47	14,9%
- Matérias subsidiárias		5.659,59	-5.659,59	-100,0%
- Materiais diversos		118.285,49	-118.285,49	-100,0%
- Consumos para máquinas e viaturas	371.547,53	379.684,62	-8.137,09	-2,1%
- Material de consumo interno	20.305,03	46.569,86	-26.264,83	-56,4%
TOTAL	799.392,03	914.308,99	-114.916,96	-12,6%

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas diminuiu cerca de 115 mil euros face a 2010.

De salientar que em 2011 ocorreu uma reclassificação de custos, nomeadamente, as matérias subsidiárias e materiais diversos passaram a estar registados juntamente com as matérias primas. Esta alteração esteve relacionada com a necessidade de minimização de erros na contabilidade analítica.

- Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)

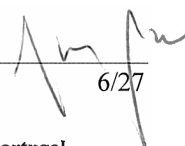
Pela análise do quando abaixo, verificamos que os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) aumentaram 6,7% em 2011 face a 2010. Os custos com Eletricidade, Recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos urbanos, e Transportes escolares, continuam a ser as rubricas com maior peso nos FSE do Município, no seu conjunto representam cerca de 42,7% do total dos FSE's (41,5% em 2010).


5/27

DESIGNAÇÃO	Ano		VARIACÃO 2011/10	
	2011	2010	VALOR	%
Electricidade	1.403.002,36	1.335.038,80	67.963,56	5,1%
Combustíveis	21.850,09	23.840,45	-1.990,36	-8,3%
Água	21.071,64	28.444,68	-7.373,04	-25,9%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	396,11	842,97	-446,86	-53,0%
Livros e documentação técnica	1.994,20	2.478,27	-484,07	-19,5%
Material de escritório	31.616,46	23.897,80	7.718,66	32,3%
Artigos para oferta	4.918,12	15.335,32	-10.417,20	-67,9%
Rendas e Alugueres	97.882,18	134.911,83	-37.029,65	-27,4%
Despesas de representação	10.229,46	11.684,43	-1.454,97	-12,5%
Comunicação	86.049,33	82.239,03	3.810,30	4,6%
Seguros	63.614,84	61.633,52	1.981,32	3,2%
Royalties	1.688,07	281,20	1.406,87	500,3%
Deslocações e estadas	13.117,01	16.633,55	-3.516,54	-21,1%
Comissões	173,97	112,12	61,85	55,2%
Contencioso e notariado	7.022,84	6.556,50	466,34	7,1%
Conservação e reparação	1.024.157,49	852.854,54	171.302,95	20,1%
Publicidade e propaganda	51.594,74	66.279,00	-14.684,26	-22,2%
Limpeza, higiene e conforto	128.804,60	126.680,40	2.124,20	1,7%
Vigilância e segurança	169.165,61	191.484,44	-22.318,83	-11,7%
Trabalhos especializados	614.282,16	586.659,57	27.622,59	4,7%
Alimentação, roupas e calçado	1.989,53	844,10	1.145,43	135,7%
Artigos honoríficos e de decoração	81,85	2.192,58	-2.110,73	-96,3%
Material de educação, cultura e recreio	5.833,53	15.181,50	-9.347,97	-61,6%
Formação	3.884,73	36.621,65	-32.736,92	-89,4%
Edições e publicações periódicas municipais	75.941,82		75.941,82	100,0%
Exploração e manutenção de ETAR's	760.530,27	777.250,55	-16.720,28	-2,2%
Recolha, transporte e tratamento de RSU's	1.525.155,50	1.502.156,08	22.999,42	1,5%
Transportes Escolares	1.420.337,14	1.123.558,76	296.778,38	26,4%
Material de consumo clínico	38,08	28,94	9,14	31,6%
Serviços de saúde	15.991,92	6.384,00	9.607,92	150,5%
Recolha domiciliária de efluentes	17.401,01	26.282,49	-8.881,48	-33,8%
Manutenção das redes de saneamento	86.991,44	91.437,22	-4.445,78	-4,9%
Limpeza de terrenos e de lixeiras ilegais	12.456,25	844,13	11.612,12	1375,6%
Retenção dos Fundos pela DGAL, CCDD e GAT	9.888,00	10.412,00	-524,00	-5,0%
Limpeza urbana	376.474,67	364.903,88	11.570,79	3,2%
Fornecimento de refeições	799.587,19	663.874,81	135.712,38	20,4%
Acordos de prolongamento de horário	240.995,11	207.736,20	33.258,91	16,0%
Encargos de cobrança	177.280,28	191.540,59	-14.260,31	-7,4%
Outros fornecimentos e serviços	905.329,22	962.924,15	-57.594,93	-6,0%
TOTAL	10.188.818,82	9.552.379,53	636.439,29	6,7%

As principais variações, em termos de valores absolutos, ocorreram nas seguintes rubricas:

- *Transportes escolares*: aumento de cerca 297 mil euros (+26,4%) – esta variação deveu-se, essencialmente, ao aumento do n.º alunos transportados (em resultado a abertura de Novos centros escolares), bem como pelo aumento do custo por aluno no serviço prestado;


6/27

- *Conservação e reparação*: aumento de cerca 171 mil euros (+20,1%) – em virtude do aumento verificado no contrato programa com a OurémViva para este tipo de prestação de serviços;

- *Fornecimento de refeições escolares*: aumento de cerca 136 mil euros (+20,4%) – em resultado do aumento do n.º de refeições a assegurar (devido à entrada em funcionamento dos novos centros escolares), o que levou a um reforço do contrato programa com a OurémViva.

- Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais

DESIGNAÇÃO	Ano		VARIAÇÃO 2011/10	
	2011	2010	VALOR	%
Transferências correntes	836.538,88	824.639,22	11.899,66	1,4%
Empresas públicas municipais e intermunicipais	318.192,19		318.192,19	100,0%
Freguesias	15.271,60	43.830,65	-28.559,05	-65,2%
Associações de municípios	1.462,94	202,92	1.260,02	620,9%
Regiões Turismo	14.199,85		14.199,85	100,0%
Outros	14.720,60	18.261,00	-3.540,40	-19,4%
Instituições sem fins lucrativos	434.398,10	703.340,09	-268.941,99	-38,2%
Famílias	27.493,60	56.204,56	-28.710,96	-51,1%
Resto do mundo	10.800,00	2.800,00	8.000,00	285,7%
SUBSÍDIOS CORRENTES CONCEDIDOS	647.060,94	688.110,26	-41.049,32	-6,0%
Empresas públicas municipais e intermunicipais	644.585,94	685.410,26	-40.824,32	-6,0%
Privadas	2.475,00	2.700,00	-225,00	-8,3%
			0,00	0,0%
TOTAL	1.483.599,82	1.512.749,48	-29.149,66	-1,9%

Ao nível das Transferências e subsídios correntes concedidos, verificou-se uma diminuição face a 2010 de cerca 29 mil euros (-1,9%). Pela leitura do quadro supra, duas rubricas chamam a atenção, por um lado o valor de 318 mil euros de transferências correntes para empresas municipais, relacionados com coberturas de prejuízos de 2010 no setor empresarial local, e por outro lado, a redução em cerca de 269 mil euros nas transferências para as instituições sem fins lucrativos.

- Custos com pessoal

Os custos com pessoal (vertente económica) registaram uma diminuição de 16,7% face a 2010. Esta diminuição é justificada pela redução, em termos líquidos, do n.º de funcionários (quer por aposentações, quer por caducidade dos contratos de trabalho), bem como pela redução da estimativa de encargos com férias e subsídio de férias a liquidar em 2012.

[Assinatura]
7/27

DESIGNAÇÃO	Ano		VARIAÇÃO 2011/10	
	2011	2010	VALOR	%
Titulares de Órgãos Sob. e Membros Órgãos Autarqui	417.137,58	554.013,60	-136.876,02	-24,7%
Pessoal dos quadros	4.228.840,83	5.208.989,30	-980.148,47	-18,8%
Pessoal em qualquer outra situação	543.765,73	606.653,88	-62.888,15	-10,4%
Trabalho extraordinário	51.175,30	67.745,06	-16.569,76	-24,5%
Abono para fálhas	6.114,66	6.395,52	-280,86	-4,4%
Subsídio de refeição	436.703,33	478.209,37	-41.506,04	-8,7%
Ajudas de custo	7.895,83	14.807,09	-6.911,26	-46,7%
Outros Suplementos	95.128,80	104.574,23	-9.445,43	-9,0%
Subsidio familiar a crianças e jovens	41.542,07	67.325,15	-25.783,08	-38,3%
Outras prestações familiares	9.730,80	3.508,52	6.222,28	177,3%
Pensões	1.045,15	4.749,27	-3.704,12	-78,0%
Seguranca social dos funcionarios publicos	532.540,49	676.803,11	-144.262,62	-21,3%
Seguranca social - regime geral	350.927,43	365.069,61	-14.142,18	-3,9%
Seguros de acidentes no trabalho e doencas profiss	79.621,73	51.583,16	28.038,57	54,4%
Despesas de saude	257.411,63	263.837,98	-6.426,35	-2,4%
TOTAL	7.059.581,36	8.474.264,85	-1.414.683,49	-16,7%

Se analisarmos na vertente orçamental (pagamentos), as despesas com pessoal atingiram em 2011 o valor de 7.552.890 €, que compara com 8.077.040 € de 2010 (-6,5%).

A diferença entre a vertente económica e a orçamental está relacionada com a consideração de custos (vertente económica) que apenas se traduzem em pagamentos (vertente orçamental) em períodos distintos de tempo, como é o caso das estimativas de encargos com férias e subsídio de férias.

- Amortizações do exercício

DESIGNAÇÃO	2011	2010	VARIAÇÃO 2011/10	
			VALOR	%
Edifícios e outras construções	736.919,70	703.344,52	33.575,18	4,6%
Equipamento básico	144.228,65	126.005,49	18.223,16	12,6%
Equipamento de transporte	122.374,76	141.937,04	-19.562,28	-16,0%
Ferramentas e utensílios	2.007,48	1.977,34	30,14	1,5%
Equipamento administrativo	84.557,14	120.669,79	-36.112,65	-42,7%
Outras imobilizações corpóreas	120.875,26	114.505,90	6.369,36	5,3%
Imobilizações Incorpóreas	72.219,65	84.254,36	-12.034,71	-16,7%
Bens de domínio público	9.356.622,15	9.147.890,18	208.731,97	2,2%
TOTAL	10.639.804,79	10.440.584,62	199.220,17	1,9%

O valor das amortizações aumentou cerca de 199 mil euros, mantendo-se como a componente de custo mais relevante na estrutura de custos do Município (representa 28,9% do total dos custos do Município). No entanto, é um custo sem reflexo em termos de despesa e de pagamento – trata-se dum custo não desembolsável.

- Custos e perdas financeiras

DESIGNAÇÃO	ANO		VARIACÃO 2011/10	
	2011	2010	VALOR	%
Juros Suportados	966.122,00	308.928,21	657.193,79	212,7%
Amortizações de investimentos em imóveis	15.785,74	15.785,74	0,00	0,0%
Outros Custos	7.622,84	8.555,40	-932,56	-10,9%
Total	989.530,58	333.269,35	656.261,23	196,9%

Os custos e perdas financeiras apresentam um aumento de cerca 656 mil euros, em resultado do aumento verificado nos juros suportados. Este aumento está relacionado com o assumir de juros debitados por alguns fornecedores, em especial pela Suma.

- Custos e perdas extraordinárias

DESIGNAÇÃO	ANO		VARIACÃO 2011/10	
	2011	2010	VALOR	%
Transf de capital - sociedades não financeiras	341.118,87	1.312.627,26	-971.508,39	-74,0%
Transf de capital - Administração Local	368.577,84	1.954.617,57	-1.586.039,73	-81,1%
Transf de capital - Instituições sem fins lucrativos	849.669,30	344.900,18	504.769,12	146,4%
Famílias	1.550,00		1.550,00	100,0%
Dívidas incobráveis	32.217,60		32.217,60	100,0%
Perdas em existências	23.458,29	20.992,19	2.466,10	11,7%
Perdas em imobilizações	245.545,36	291.774,98	-46.229,62	-15,8%
Multas e Penalidades	57.167,58	1.420,00	55.747,58	3925,9%
Aumentos de amortizações e provisões	9.367,50		9.367,50	100,0%
Correcções relativas a exercicios anteriores	247.749,84	394.592,92	-146.843,08	-37,2%
Outros Custos e Perdas Extraordinárias	6,77	5.489,79	-5.483,02	-99,9%
TOTAL	2.176.428,95	4.326.414,89	-2.149.985,94	-49,7%

Os custos e perdas extraordinárias diminuíram cerca de 2,1 milhões de euros (-49,7% face a 2010). Esta redução foi provocada pela diminuição nas transferências de capital para sociedades não financeiras em cerca de 972 mil euros e de 1,6 milhões de euros nas transferências de capital para as freguesias.

A redução das transferências de capital para as sociedades não financieras está relacionada com a vinda do Santo Papa em 2010 a Fátima, motivo que levou o município a celebrar um contrato programa com a SRUFátima de delegação de competências para realização de várias obras relacionadas com a sua visita.

Am
9/27

Quanto à diminuição ocorrida nas transferências de capital para as freguesias, esta deveu-se ao *terminus*, no 2º semestre de 2010, dos protocolos de conservação da rede viária celebrados com as freguesias.

c) Análise comparativa dos principais proveitos

Apresentamos, nas páginas seguintes uma análise comparativa da evolução dos proveitos e ganhos do exercício de 2011.

- Vendas e Prestações de serviços

DESIGNAÇÃO	ANO		VARIAÇÃO 2011/10	
	2011	2010	VALOR	%
Mercadorias	6.659,08	8.488,84	-1.829,76	-21,6%
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	537,41	92,10	445,31	483,5%
Venda de bens diversos	622,65	723,23	-100,58	-13,9%
Aluguer de equipamentos		4.095,87	-4.095,87	-100,0%
Serv. Sociais, recreativos, culturais e desporto	482,13	8.609,39	-8.127,26	-94,4%
Saneamento	120.047,65	66.367,57	53.680,08	80,9%
Resíduos sólidos	1.180.826,84	1.175.748,05	5.078,79	0,4%
Transportes Colectivos Pessoas e Mercadorias	30.260,46	29.487,86	772,60	2,6%
Trabalhos por conta de particulares	11.596,66	22.462,17	-10.865,51	-48,4%
Cemitérios	24.371,83	27.759,43	-3.387,60	-12,2%
Mercados e feiras	11.699,05	12.424,00	-724,95	-5,8%
Parques de Estacionamento		9.497,33	-9.497,33	-100,0%
Outros serviços específicos		24.948,38	-24.948,38	-100,0%
Outros	20.047,65	9.010,82	11.036,83	122,5%
Trabalhos por conta de particulares		354,15	-354,15	-100,0%
Reembolsos e Restituições	-10.825,81	-518,12	-10.307,69	1989,4%
TOTAL	1.396.325,60	1.399.551,07	-3.225,47	-0,2%

O valor das vendas e prestações de serviços registou uma variação residual (-0,2%) face a 2010. A principal rubrica continua a ser a prestação de serviços relacionada com a recolha de resíduos sólidos, a qual representa 85% do total das vendas e prestações de serviços (84% em 2010).

- Impostos e Taxas

Relativamente aos proveitos relativos a Impostos e Taxas o seu valor sofreu uma diminuição significativa (depois do forte aumento registado em 2010 de 821mil euros), no valor de cerca 917

10/27

mil euros (-10,4% face a 2010), fundamentalmente em resultado da evolução negativa que os Impostos tiveram – redução de cerca 642 mil euros.

Foi ao nível do IMT (Imposto municipal sobre transações onerosas de imóveis) que a redução foi mais violenta, com cerca de 657 mil euros, espelhando a situação económica que assola o mercado imobiliário português.

Relativamente às Taxas, o seu valor diminuiu cerca de 140 mil euros, em resultado da diminuição das taxas de loteamentos e obras (- 65 mil euros⁹) e da diminuição das taxas de saneamento, em cerca de 62 mil euros.

No quadro seguinte apresentamos a variação das várias rubricas de impostos e taxas:

DESIGNAÇÃO	ANO		VARIAÇÃO 2011/10	
	2011	2010	VALOR	%
<i>Impostos</i>	7.254.226,05	7.896.316,25	-642.090,20	-8,1%
Imposto Municipal sobre Imóveis	3.959.070,06	4.037.353,00	-78.282,94	-1,9%
Imposto Único Circulação	762.991,50	687.639,07	75.352,43	11,0%
Impostos Municipal s/ Transm. Onerosas Imov.	1.334.839,81	1.991.998,96	-657.159,15	-33,0%
Derrama	586.661,00	695.471,89	-108.810,89	-15,6%
Impostos abolidos	92.487,01	30.862,83	61.624,18	199,7%
Mercados e feiras	6.467,78	4.164,88	2.302,90	55,3%
Loteamento e obras	187.613,87	127.786,87	59.827,00	46,8%
Ocupação da via pública	1.041,67	1.245,40	-203,73	-16,4%
Publicidade	76.427,69	79.339,47	-2.911,78	-3,7%
Saneamento	190.331,01	172.339,04	17.991,97	10,4%
Outros	56.294,65	68.114,84	-11.820,19	-17,4%
<i>Taxas</i>	973.334,51	1.113.634,24	-140.299,73	-12,6%
Mercados e feiras	117.470,85	120.602,51	-3.131,66	-2,6%
Loteamento e obras	241.900,78	306.953,53	-65.052,75	-21,2%
Ocupação da via pública	786,83	1.186,80	-399,97	-33,7%
Caça, uso e porte de arma	711,11	945,00	-233,89	-24,8%
Saneamento	597.267,95	659.436,88	-62.168,93	-9,4%
Outras	15.196,99	24.509,52	-9.312,53	-38,0%
<i>Reembolsos e Restituições</i>	-328.700,09	-194.368,05	-134.332,04	69,1%
TOTAL	7.898.860,47	8.815.582,44	-916.721,97	-10,4%

- Transferências e subsídios obtidos

Relativamente às “Transferências e Subsídios Obtidos” – rubrica com maior peso nos proveitos totais do Município com 49,1% do total dos proveitos, o seu valor global, diminuiu cerca de 1,4

milhões de euros, depois do forte aumento que se registou em 2010 de cerca de 2,74 milhões de euros.

O quadro seguinte evidencia que foi ao nível das transferências correntes que a diminuição ocorrida em 2011 mais foi sentida (redução de cerca 1,1 milhões de euros face a 2010), e dentro das transferências correntes, o destaque vai para a redução das transferências associadas à delegação de competências com o Ministério da Educação (- 624 mil euros face a 2010).

DESIGNAÇÃO	ANO		VARIAÇÃO 2011/10	
	2011	2010	VALOR	%
Transferências Correntes:	11.071.289,22	12.187.875,23	-1.116.586,01	-9,2%
Fundo Equilíbrio Financeiro	5.934.484,00	6.249.845,60	-315.361,60	-5,0%
Fundo Social Municipal	681.098,00	717.292,00	-36.194,00	-5,0%
Participação Fixa no IRS	877.419,00	918.217,00	-40.798,00	-4,4%
Acordos colaboração Ensino Pré-escolar	259.383,66	219.030,59	40.353,07	18,4%
Transportes escolares	175.723,00	172.150,00	3.573,00	2,1%
Comparticipação - Act Extra Curric	325.062,50	550.987,50	-225.925,00	-41,0%
Comparticipação - refeições Ensino Básico	188.022,69	138.016,93	50.005,76	36,2%
Transferências de competências - Educação	2.563.169,65	3.187.484,24	-624.314,59	-19,6%
Outros	66.926,72	34.851,37	32.075,35	92,0%
Transferências de Capital:	3.956.323,00	4.245.241,94	-288.918,94	-6,8%
Fundo Equilíbrio Financeiro	3.956.323,00	4.166.564,00	-210.241,00	-5,0%
Outras Transferências de Capital obtidas		78.677,94	-78.677,94	-100,0%
Outras Transferências:	243.875,47	227.321,00	16.554,47	7,3%
Instituto de Emprego e Formação Profissional	48.090,63	32.419,61	15.671,02	48,3%
Outros	8.998,84	11.299,08	-2.300,24	-20,4%
Famílias	158.086,00	140.597,31	17.488,69	12,4%
Exterior	19.000,00	28.000,00	-9.000,00	-32,1%
Empresas	9.700,00	15.005,00	-5.305,00	-35,4%
TOTAL	15.271.487,69	16.660.438,17	-1.388.950,48	-8,3%

As transferências do provenientes do orçamento de estado (Fundo equilíbrio financeiro – corrente e de capital; Fundo social municipal e participação fixa no IRS), viram o seu valor reduzido em cerca de 602 mil euros (sendo 392 mil euros correntes e 210 mil euros de capital).

No quadro seguinte apresentamos a variação das várias rubricas de transferências e subsídios obtidos:

- Proveitos e ganhos financeiros

DESIGNAÇÃO	ANO		VARIAÇÃO 2011/10	
	2011	2010	VALOR	%
Juros Obtidos	26.698,20	4.363,26	22.334,94	511,9%
Ganhos em entidades participadas	5.064,18	5.637,40	-573,22	-10,2%
Rendimentos de imóveis	1.614.890,19	1.593.500,91	21.389,28	1,3%
Total	1.646.652,57	1.603.501,57	43.151,00	2,7%

O valor dos proveitos e ganhos financeiros aumentou cerca de 43 mil euros face a 2010. De salientar que os rendimentos de imóveis representam 98,1% do total dos proveitos e ganhos financeiros. Tratam-se, fundamentalmente, dos valores referentes às rendas de concessão à EDP da rede elétrica pública.

- Proveitos e ganhos extraordinários

DESIGNAÇÃO	ANO		VARIAÇÃO 2011/10	
	2011	2010	VALOR	%
Ganhos em existências	19.897,78		19.897,78	100,0%
Ganhos em imobilizações	695.174,99	240,47	694.934,52	288990,1%
Benefícios e penalidades contratuais	867.219,92	55.780,27	811.439,65	1454,7%
Correcções relativas a exercícios anteriores	1.517.478,85	342.752,53	1.174.726,32	342,7%
Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.033.101,73	843.820,98	189.280,75	22,4%
TOTAL	4.584.672,27	1.638.840,95	2.945.831,32	179,8%

Os proveitos e ganhos extraordinários registaram um fortíssimo crescimento em 2011, cerca de 2,9 milhões de euros (+179,8%). Como é visível no quadro anterior todas as rubricas registaram crescimento do seu valor. Atendo aos valores mais significativos, destacamos:

- Ganhos em imobilização, aumento de cerca 695 mil euros – em 2011 foi alienado o Pavilhão Desportivo Municipal de Ourém à empresa Parque escolar EPE – desta operação resultou um ganho de cerca 594 mil euros (diferença entre o valor de venda e o valor líquido do bem na contabilidade);

- Benefícios e penalidades contratuais, aumento de cerca 811 mil euros – neste valor está considerada a importância de 730.263,27 € relativa a multa pelo atrasos na empreitada “Requalificação urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva – Parte B” aplicados à empresa que inicialmente ganhou o concurso Aquino Construções, SA (agora Massa Insolvente da empresa Aquino Construções, SA);

- Correções relativas a exercícios anteriores, aumento de cerca 1,1 milhões de euros. Para este aumento contribuiu o valor recebido de IMI referente a 2010, que foi cerca de 742 mil euros superior ao valor especializado em 2010. Outros proveitos relacionados com exercícios anteriores com impacto nesta rubrica foram os referentes a valores recebidos da DREL respeitantes a 2010

3.2. Activos

3.2.1. Activo imobilizado

Rubrica	2011		2010		Variação 2011/10	
	€	%	€	%	€	%
Bens de domínio público	172.362.229,01	93,0%	170.236.359,03	91,8%	2.125.869,98	1,2%
Imobilizado incorpóreo	1.415.080,13	0,8%	1.207.116,41	0,7%	207.963,72	17,2%
Imobilizado corpóreo	78.648.526,88	42,4%	68.263.366,19	36,8%	10.385.160,69	15,2%
Investimentos financeiros	4.753.849,61	2,6%	5.001.849,61	2,7%	(248.000,00)	-5,0%
Amortizações	(71.789.743,62)	-38,7%	(61.183.378,36)	-33,0%	(10.606.365,26)	17,3%
Total	185.389.942,01	100,0%	183.525.312,88	99,0%	1.864.629,13	1,0%

Da leitura do quadro anterior, constata-se um crescimento do imobilizado bruto (bens de domínio público, imob incorpóreas e imob. corpóreas) no montante de 12.718.994,39 €, e uma redução no valor bruto dos investimentos financeiros em 248 mil euros (extinção do Centro de Negócios de Ourém e extinção da participação na sociedade MéciaGolf, SA).

Atendendo também ao aumento do valor das amortizações, no montante de 10.606.365,26 €, o imobilizado líquido registou um aumento no período de 1.864.629,13 €.

Procedemos, por amostragem, à análise da documentação de suporte aos aumentos/abates de imobilizado. Os documentos analisados totalizaram 10.900.130 €, o que corresponde a 86% do aumento verificado no imobilizado bruto.

[Assinatura]
14/27

Verificámos os mapas de amortização elaborados, nomeadamente, quanto ao valor dos activos brutos, amortizações do exercício e amortizações acumuladas, e a sua conformidade com os valores constantes nas Demonstrações Financeiras.

Foi verificada a adequação das amortizações calculadas, tendo em consideração a Portaria 671/2000, bem como a consistência da política de amortizações.

Tal como é referido na Nota 14 do ABDR, o Município reconhece a existência de bem omissos em Balanço, particularmente do domínio privado.

3.2.2. Activo Circulante

Rubrica	2011		2010		Variação 2011/10	
	€	%	€	%	€	%
Existências	292.572,07	2,3%	281.977,65	2,2%	10.594,42	3,8%
Outros devedores M/L prazo	4.801.500,00	37,5%	4.801.500,00	37,5%	0,00	0,0%
Clientes, Contribuintes, Utentes c/c	558.400,40	4,4%	131.318,47	1,0%	427.081,93	325,2%
Clientes, contrib e utentes cob. Duv.	974.023,40	7,6%	442.995,85	3,5%	531.027,55	119,9%
Outros devedores (curto prazo)	1.242.335,55	9,7%	1.268.725,24	9,9%	(26.389,69)	-2,1%
Depósitos em inst. financ. e Caixa	1.054.174,16	8,2%	852.421,92	6,7%	201.752,24	23,7%
Acréscimos e diferimentos	4.856.547,04	37,9%	4.644.907,97	36,3%	211.639,07	4,6%
Provisões para bens activos	(974.023,40)	-7,6%	(442.995,85)	-3,5%	(531.027,55)	119,9%
Total	12.805.529,22	100,0%	11.980.851,25	93,6%	824.677,97	6,9%

a) Existências

Efetuamos testes às contagens físicas de existências realizadas no final do exercício, tendo por base as listagens finais de existências, não tendo encontrado diferenças materialmente relevantes.

Analisámos as listagens finais de existências e verificámos a sua concordância com os registos contabilísticos e com as listagens obtidas nas contagens físicas; verificámos igualmente o apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

b) Outros devedores M/L prazo

O saldo desta conta (4.801.500 €) refere-se ao valor em dívida da participada Mais Ourém S.A. (na qual o Município detém uma participação de 49%) relativo à alienação, em 31 Dezembro de 2008, de um conjunto de terrenos com vista à construção de equipamentos sociais (pavilhão multiusos e um campo sintético), equipamentos esses que serão posteriormente arrendados ao

Município por um período de 25 anos, findo este prazo o Município comprometeu-se a adquirir os equipamentos sociais pelo seu valor de mercado á data da compra, deduzido do montante inicialmente de alienação dos terrenos.

c) Clientes, Contribuintes e Utentes c/c

Procedemos à confirmação direta de saldos de conta junto dos principais clientes, contribuintes e utentes e, nos casos em que não obtivemos resposta, mesmo depois de um segundo pedido de conformação de saldos, realizámos procedimentos alternativos de confirmação dos créditos sobre clientes.

Procedemos também à solicitação direta ao advogado do município de informações sobre cobranças em curso, litígios ou acções judiciais pendentes e reclamações.

Dos procedimentos realizados não foram encontradas diferenças materialmente relevantes.

d) Clientes, Contribuintes e Utentes de cobrança duvidosa

Confirmámos que o Município aplicou os critérios definidos no POCAL relativamente à consideração de clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa e o cálculo da respetiva provisão. Assim, no exercício de 2011 ocorreu um reforço da provisão para cobranças duvidosas no montante de cerca 531 mil euros.

e) Outros devedores curto prazo

Procedemos à confirmação direta de saldos de conta junto dos principais “Outros devedores” e, nos casos em que não obtivemos resposta, mesmo depois de um segundo pedido de conformação de saldos, realizámos procedimentos alternativos de confirmação dos créditos sobre essas entidades.

Do montante em dívida, verificámos que 65,7% do seu valor é referente a pedidos de reembolso de subsídios submetidos em 2011 (fundos comunitários) os quais ainda não tinham sido processados pelos organismos coordenadores a 31 de Dezembro de 2011.

Está também registado em “Outros Credores” o valor de 260.808,31 € referente ao acionamento de uma garantia bancária na Caixa Geral de Depósitos (pelo incumprimentos de obrigações

contratuais da empresa Aquino Construções, SA), valor que até à data da realização do nosso trabalho ainda não se encontrava disponível.

f) Depósitos em instituições financeiras e Caixa

Foi efetuada confirmação direta de saldos das contas, das responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, junto das entidades bancárias com as quais o município se relaciona e nos casos em que não foi obtida resposta, efectuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários.

Analísámos e testámos os mapas de conciliação bancária preparados pelos serviços do município, incluindo a revisão dos itens de conciliação mais significativos e verificação da sua regularização em data posterior à do balanço.

g) Acréscimos e Diferimentos

Esta rubrica compreende acréscimos de proveitos no montante de 4.829.420,07 €, sendo os mais significativos referentes a: IMI de 2011 (3.959.070,06 €), Derrama 2011 (586.661 €), Serviços de refeições prolongamento horários escolares DREL 2011 (236.318,87 €), e Outros acréscimos de proveitos (47.370,14 €).

A conta de custos diferidos apresenta o saldo de 27.126,97 € relativos essencialmente especialização de seguros.

3.3. Passivos

Rubrica	2011		2010		Variação 2011/10	
	€	%	€	%	€	%
Provisões para riscos e encargos	2.753.517,24	4,7%	477.679,17	0,8%	2.275.838,07	476,4%
Empréstimos obtidos	22.449.282,10	38,1%	24.958.486,51	42,4%	(2.509.204,41)	-10,1%
Fornecedores correntes	1.878.274,37	3,2%	2.395.843,80	4,1%	(517.569,43)	-21,6%
Fornecedores fact. recep.confª	3.245.935,96	5,5%	1.519.404,46	2,6%	1.726.531,50	113,6%
Fornecedores imobilizado	4.237.135,72	7,2%	4.055.776,40	6,9%	181.359,32	4,5%
Forn imobilizado fact. recep. Confª	821.373,82	1,4%	809.863,96	1,4%	11.509,86	1,4%
Estado e outros entes públicos	149.775,54	0,3%	196.407,63	0,3%	(46.632,09)	-23,7%
Clientes e utentes c/cauções	26.829,59	0,0%	27.567,83	0,0%	(738,24)	-2,7%
Administração autárquica	265.045,23	0,4%	282.602,94	0,5%	(17.557,71)	-6,2%
Outros credores	2.933.084,89	5,0%	3.162.810,51	5,4%	(229.725,62)	-7,3%
Acréscimos e diferimentos	20.145.843,25	34,2%	16.270.192,13	27,6%	3.875.651,12	23,8%
Total	58.906.097,71	95,3%	54.156.635,34	91,1%	4.749.462,37	8,8%

a) Empréstimos obtidos

Os valores dos empréstimos obtidos foram confirmados através de informação obtida directamente das entidades bancárias, no processo de circularização, tratando-se de empréstimos a M/L prazo. Contudo, existindo amortizações de capital que são exigíveis no curto prazo (2012), o Município procedeu à sua discriminação no Balanço entre M/L prazo e curto prazo, de acordo com a sua exigibilidade.

Foi verificada a adequada especialização dos juros suportados com os referidos financiamentos.

Nota:

Existe um passivo por registar, no montante de 229.351,62 € relacionado com uma cedência de créditos do Centro Cultural e Desportivo de Caxarias ao BPI. Segundo informação recolhida esta situação será regularizada em 2012 através de um Protocolo a celebrar com essa entidade.

b) Fornecedores (correntes e de imobilizado, c/c e conta facturas em conferência)

Foi efectuada a confirmação direta e por escrito junto dos principais fornecedores (correntes e de imobilizado), tendo sido circularizados cerca de 90% dos saldos a 31 de Dezembro de 2011. Recebemos a confirmação de saldos correspondentes a 81% do saldo, e nos casos em que não se obteve respostas, aplicamos métodos alternativos de confirmação, nomeadamente, a análise dos documentos por regularizar à data de 31 de Dezembro e análise dos pagamentos subsequentes das faturas em dívida.

Dos trabalhos realizados devemos relatar as seguintes situações de divergência de saldos com fornecedores:

- Suma: existe uma divergência de 595.198,18 €, resultante essencialmente de fatura n.º 1700000784, e nota de débito n.º 200000264 ambas datadas de 30 de abril de 2011, referentes a: serviços prestados entre 2001 e 2005 (310.681,31 €) e juros mora sobre esses serviços prestados (245.898,96 €), respetivamente. O município não reconhece estas dívidas.

- Simlis: existe uma divergência de 1.311.913,20 €. Trata-se de nota de débito n.º 2300000054 de 31/12/2011 de 1.311.913,20 €, e cujo descritivo que consta na informação do fornecedor é “Investimento de redes em baixa”, relacionado com a imputação ao Município de Ourém de valor relativo a projetos para a expansão da rede de água e saneamento no concelho, os quais estariam previstos no âmbito do QREN. Pelas indagações efetuadas, este documento foi devolvido à Simlis, pois o município refuta legitimidade à Simlis para a sua emissão.

18/27

c) Estado e outros entes públicos

Verificámos o cumprimento das obrigações fiscais e a adequada contabilização dos impostos, bem como da situação da empresa relativa à Segurança Social. Para o efeito foram analisadas as retenções de impostos efectuadas, o envio das declarações e respectivas guias de pagamento.

d) Outros credores e Administração autárquica

Foi efectuada a confirmação direta e por escrito junto dos fatores, e outros credores, tendo sido circularizados cerca de 78 % dos saldo a 31 de Dezembro de 2011.

Dos trabalhos realizados não foram encontradas diferenças materialmente relevantes.

e) Acréscimos e Diferimentos

Compreende acréscimos de custos, no montante de 1.486.837,55 €, dos quais os mais significativos são: encargos com férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais obrigatórios relativos ao exercício de 2011 a liquidar em 2012 (372.499,06 €); juros de 2011 a liquidar em 2012 (78.851,37 €); Seg. Social e Caixa Geral de Aposentações de Dezembro 2011 (61.757,04 €); acordos de prolongamento de horários e fornecimento refeições - parte relativa a 2011 (381.659,73 €); transportes escolares relativos a 2011 (436.946 €) e recolha e tratamento de efluentes de dez/2011 (40.619,14 €)

Estão registados na conta de Proveitos diferidos os valores referentes aos subsídios recebidos relacionados com investimentos, e que ainda não foram reconhecidos em proveitos, no montante total de 18.659.005,70 €. O seu reconhecimento está a ser devidamente efectuado (de acordo com as taxas de incentivos e as amortizações do exercício).

f) Provisões e responsabilidades contingentes

Verificamos que foram constituídas provisões para riscos e encargos futuros no montante de 2.695.267,48 €. Em simultâneo, do valor da provisão que havia sido constituída em 2010, foi reduzido o valor de 419.429,41 €, pelo que, em termos líquidos verificámos um aumento nas provisões para riscos e encargos de 2.275.838,07 €.

Conforme já referido no ponto 3.2.2, procedemos à solicitação direta aos advogados do município de informações sobre cobranças em curso, litígios ou acções judiciais pendentes e reclamações e impugnações fiscais, bem como honorários em dívida. Tendo por base a resposta

obtida, as indagações efetuadas junto do departamento jurídico, e os procedimentos realizados sobre transacções e saldos, parece-nos razoável o valor estimado de provisões.

Efetuamos também a circularização das companhias de seguro com as quais o município se relaciona. As respostas obtidas foram inconclusivas, contudo, através das indagações efetuadas, fomos informados que o município não tem nenhuma apólice de seguro multi-riscos para os edifícios municipais.

3.4. Fundos Próprios

Rubrica	2011		2010		Variação 2011/10	
	€	%	€	%	€	%
Património	134.956.779,75	96,9%	134.220.649,75	96,4%	736.130,00	0,5%
Ajust. partes capital em empresas	20.000,00	0,0%	20.000,00	0,0%	0,00	0,0%
Reservas legais	12.544.287,16	9,0%	12.544.287,16	9,0%	0,00	0,0%
Outras reservas - Doações	226.612,15	0,2%	126.612,15	0,1%	100.000,00	79,0%
Resultados transitados	(2.823.672,59)	-2,0%	(745.564,03)	-0,5%	(2.078.108,56)	278,7%
Resultado líquido do exercício	(5.634.632,95)	-4,0%	(4.816.456,24)	-3,5%	(818.176,71)	17,0%
Total	139.289.373,52	100,0%	141.349.528,79	101,5%	(2.060.155,27)	-1,5%

Procedemos à verificação documental dos movimentos ocorridos nas rubricas de fundos próprios e da sua adequada contabilização, autorização e confirmação de que estão de acordo com a lei.

Os movimentos ocorridos nos fundos próprios resumem-se a:

- Património: registo de diversos bens imobilizados do Município, cuja inventariação foi realizada em 2011, por falta de título de registo à data do inventário inicial (Jardim de Infância de Sandoeira, Jardim de Infância da Mata, Escola EB 1 de Pisão – Matas, e mercado e terminal rodoviário de Ourém), no valor total de 736.130 €;

- Doações: prédio rústico “baldio do brejo” para instalação do Pavilhão Gimnodesportivo do Olival: 100.000 €;

- Resultados transitados:

1. Verificámos que a aplicação dos resultados do exercício de 2010 foi efectuada em conformidade com a proposta aprovada de aplicação de resultados, tendo os resultados líquidos de 2010 sido transferidos para a conta de resultados transitados: -4.816.456,79 €;

2. Averbamento da titularidade das seguintes escolas, por via da transferência de competências do Ministério da Educação: Escola EB 2, 3 de Caxarias, EB 2, 3 de Freixianda: 2.738.347,68 €

**IV – Notas sobre execução orçamental (óptica orçamental POCAL) e
Endividamento Líquido**

4.1 Execução orçamental

a) Resumo da execução orçamental – Despesa

Clas	Designação	Dotação para o ano	Despesa executada (comprometida exercício)	Despesa Paga	% Execução
1	Despesas com o pessoal	7.636.775,00	7.597.536,39	7.552.889,96	98,9%
2	Aquisição de bens e serviços	12.291.675,00	11.774.399,31	9.443.968,48	76,8%
3	Juros e outros encargos	484.800,00	466.734,83	465.089,27	95,9%
4	Transferências correntes	1.136.100,00	1.096.749,93	1.054.215,69	92,8%
5	Subsídios	847.600,00	842.400,62	847.949,94	100,0%
6	Outras despesas correntes	761.800,00	750.906,19	656.304,57	86,2%
7	Aquisição de bens de capital	23.758.600,00	14.313.485,73	9.663.352,00	40,7%
8	Transferências de capital	4.074.210,00	2.744.727,13	1.643.299,59	40,3%
9	Activos financeiros	55.600,00	51.000,00	51.000,00	91,7%
10	Passivos financeiros	4.818.100,00	4.366.864,66	4.366.864,66	90,6%
11	Outras despesas de capital	100.500,00	100.000,00	100.000,00	99,5%
	Total	55.965.760,00	44.104.804,79	35.844.934,16	64,0%

Como se pode aferir, o grau de execução do orçamento de despesa (despesas pagas/orçamento anual) atingiu os 64,0%% (58,2% em 2010). No entanto, se analisarmos a execução orçamental tendo em conta o valor da despesa comprometida, em 31 de Dezembro de 2011, verificamos que o grau de realização atingirá 78,8% (80,4% em 2010).

Comparativamente a 2010 o orçamento do município diminuiu 4%, passando de um valor global de cerca 58,314 milhões de euros em 2010, para cerca 55,966 milhões de euros em 2011.

O Município tem em execução investimentos significativos – a dotação para a rubrica de Aquisição de bens de capital representou 42,5% do orçamento anual. Em termos da sua execução atingiu os 40,7% (29,0% em 2010), no entanto, se considerarmos a despesa comprometida o grau de execução passa para 60,2% do valor orçamentado (63,1% em 2010). Da análise do mapa de execução orçamental de despesa, verificámos que foi ao nível dos investimentos em bens de domínio público que o grau de execução das despesa foi menor (estavam orçamentados cerca de 8,674 milhões de euros, tendo sido comprometidos 4,606 milhões de euros e pagos 2,098 milhões de euros)

Tendo em consideração o valor executado em 2011 das actividades mais relevantes que constam no *Mapa de Execução das Actividades mais Relevantes* preparado pelo município, cujo valor

atingiu os 11.076.548 €, e o montante pago das aquisições de bens de capital (9.663.352 €), o valor total de despesas de índole económico-sociais atingiu os 20.739.900 € (18.303.042 € em 2010), ou seja registaram um crescimento de 13,3%.

b) Resumo da execução orçamental – Receita

Clas.	Designação	Dotação Orçamental	Receita Liquidada	Receita Cobrada Líquida	% Execução
01	Impostos directos	6.958.100,00	7.262.116,39	6.608.596,40	95,0%
02	Impostos indirectos	661.100,00	540.353,51	512.798,43	77,6%
04	Taxas, multas e outras penalidades	1.090.100,00	1.883.817,18	1.100.536,15	101,0%
05	Rendimentos da propriedade	1.450.000,00	1.608.437,48	1.608.437,48	110,9%
06	Transferências correntes	12.236.051,00	11.591.403,86	11.609.548,08	94,9%
07	Venda de bens e serviços correntes	1.362.900,00	1.614.780,75	1.499.149,38	110,0%
08	Outras receitas correntes	83.100,00	225.973,77	160.769,95	193,5%
09	Venda de bens de investimento	12.723.136,00	876.246,00	876.246,00	6,89%
10	Transferências de capital	15.460.273,00	8.981.277,00	9.328.306,15	60,3%
11	Activos financeiros	251.500,00	585.665,01	571.154,17	227,1%
12	Passivos financeiros	3.689.100,00	1.857.660,25	1.857.660,25	50,4%
13	Outras receitas de capital	300,00	0,00	0,00	0,0%
15	Rep. não abatidas nos pagamentos	100,00	324,06	324,06	324,1%
	Total	55.965.760,00	37.028.055,26	35.733.526,50	63,8%

Em termos de execução de receita, verifica-se que em 2011 foram liquidados 37.028.055,26 € (face a 34.163.805,54 € em 2010) e foram recebidos 35.733.536,50 € (face a 33.459.502,47 € em 2010), correspondentes a 63,6% do orçamento de receita.

Ao analisarmos as rubricas mais importantes (com mais de 3 milhões de euros de dotação orçamental) verificámos um excelente grau de realização de receitas relacionadas com Impostos Directos (95%) e Transferências Correntes (94,9%), já ao nível da Venda de bens de investimento (segunda rubrica com maior peso no orçamento de receita 22,7%) apenas foi executado 6,9%. As Transferências de Capital apresentam um grau de realização razoável (60,3%), enquanto que o grau de realização dos passivos financeiros foi de 50,4%.

O baixo grau de execução da rubrica de Venda de bens de investimento está relacionada com o facto do Município ter orçamentado a alienação de bens de investimento, nomeadamente, terrenos e edifícios associados à participada Mais Ourém, SA, os quais não vieram a concretizar-se em 2011.

Assim, se excluíssemos esta rubrica do orçamento, o grau de execução orçamental da receita passaria para 80,6%.

Para o elevado grau de execução dos impostos diretos (95,0%) contribuiu, de forma decisiva, o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) o qual tinha um valor orçamentado de receita de 3.339.300 €, tendo sido cobrado 4.116.082,73 (+ cerca de 777 mil euros face ao previsto). Tratando-se de receitas próprias do Município, a sua elevada execução terá repercussões positivas nos orçamentos dos próximos exercícios.

- Resumo da execução orçamental – GOP – Grandes Opções do Plano

Como se pode verificar no quadro seguinte, o grau de execução da realização das Grandes Opções do Plano (GOP's), apresentou, em 31 de Dezembro de 2011, uma taxa de 52,9%, que compara com 45,1% de 2010. No quadro seguinte apresentamos, para cada um dos programas o seu financiamento definido e a sua execução:

Objectivo	Designação	Financiamento definido	Executado	% Execução
01	Educação	13.774.600,00	8.769.929,91	63,7%
02	Cultura, Desporto e tempos livres	3.339.650,00	1.740.874,74	52,1%
03	Acção Social	709.150,00	152.210,31	21,5%
05	Habituação e urbanismo	9.168.650,00	3.385.108,02	36,9%
06	Saneamento e salubridade	4.101.950,00	2.655.003,28	64,7%
07	Protecção civil	631.850,00	380.913,31	60,3%
08	Desenv. Económico e abastecimento público	1.238.160,00	656.881,36	53,1%
09	Comunicações e transportes	3.400.850,00	1.208.998,91	35,5%
10	Defesa do ambiente	989.000,00	845.101,10	85,5%
11	Freguesias	868.400,00	525.974,16	60,6%
12	Instalações e serviços municipais	967.550,00	418.904,77	43,3%
	Total	39.189.810,00	20.739.899,87	52,9%

Das rubricas com um financiamento definido superior a 1 milhão de euros, verificamos que o grau de execução foi menor no objetivo 05 – Habitação e urbanismo (36,9%), e no objetivo 09 – Comunicações e transportes (35,5%).

[Handwritten signature]
23/27

4.2. Endividamento líquido

Confirmamos que o mapa de Endividamento Líquido, está em conformidade com os registos contabilísticos a 31 de Dezembro de 2011.

CONTAS	Final 2011	
	ACTIVOS	PASSIVOS
1 DISPONIBILIDADES	1.054.174,16	
11 Caixa	9.001,06	
12 Depósitos em instituições financeiras	1.045.173,10	
2 TERCEIROS	12.432.806,39	56.152.580,47
21 Clientes, contribuintes e utentes	1.532.423,80	
211 Clientes, c/ c	4.089,79	
212 Contribuintes, c/c	405.392,74	
213 Utentes, c/ c	148.917,87	
217 Clientes e utentes c/ cauções		26.829,59
218 Clientes, contribuintes e utentes de cob. Duvidosa	974.023,40	
22 Fornecedores		5.124.210,33
221 Fornecedores c/c (fact./v.d.)		1.878.274,37
228 Fornecedores - facturas em recep. E conferência		3.245.935,96
23 Empréstimos obtidos		22.449.282,10
231 Em moeda nacional		22.449.282,10
24 Estado e outros entes públicos		149.775,54
26 Outros devedores e credores	6.043.835,55	8.256.639,66
261 Fornecedores de imobilizado		5.058.509,54
262 Pessoal		1.223,12
263 Sindicatos		600,24
264 Administração Autárquica		265.045,23
267 Consultores, assessores e intermed.		37.719,90
268 Devedores e credores diversos	6.043.835,55	2.893.541,63
27 Acréscimos e diferimentos	4.856.547,04	20.145.843,25
271 Acréscimos de proveitos	4.829.420,07	
272 Custos diferidos	27.126,97	
273 Acréscimos de custos		1.486.837,55
274 Proveitos diferidos		18.659.005,70
2745 Subsídios para investimento		18.659.005,70
4 IMOBILIZAÇÕES	4.753.849,61	
41 Investimentos financeiros	4.753.849,61	
411 Partes de capital	3.538.469,68	
414 Investimentos em imóveis	1.215.379,93	
TOTAL	18.240.830,16	56.152.580,47
TOTAL sem 2745 e 2749	18.240.830,16	37.493.574,77

Passivos - Activos - Ct.2745, 2749 e 414

19.252.744,61

Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento líquido

14.090,58

Excepções ao endividamento - Projectos c/ Fundos Comunitários

6.097.086,02

Endividamento Líquido

13.169.749,17

A evolução do endividamento líquido foi a seguinte:

31 de Dezembro de 2009:	31 de Dezembro de 2010:	31 de Dezembro de 2011:
16.700.816 €	17.257.389 €	13.169.749 €

Relativamente a 31 de dezembro de 2010, o endividamento líquido diminuiu cerca de 4,1 milhões de euros, passando de 17.257.389 € para 13.169.749 €, ou seja, reduziu-se em 23,7%.

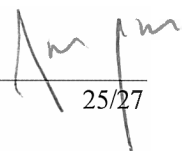
O limite legal ao endividamento da autarquia para o ano de 2011 é de 17.257.389 €, de acordo com o artigo 53.º da Lei de Orçamento do Estado para 2011 (alterado pela Lei n.º 60-A/2011 de 30 de novembro). Comparativamente ao ano de 2010, o Município viu o seu limite de endividamento líquido reduzido drasticamente (em 2010 era de 22.357.234 €), em resultado das medidas de contenção orçamental do estado português. Assim, o limite de endividamento líquido para 2011 deixou de ser calculado com base na Lei 2/07, Art. 37º, n.º 1, sendo agora igual ao valor de endividamento líquido registado a 31 de dezembro de 2010, o que veio penalizar o Município de Ourém.

Pese embora esta situação, o valor do endividamento líquido em 31 de Dezembro de 2011 corresponde a 76,3% do máximo legal permitido.

No seguinte quadro apresentamos os vários limites de endividamento para o ano de 2011, bem como a posição do Município relativamente a cada um:

Limites de endividamento	Máximo legal para 2011	Valor Município 2011	Margem(+) / Excesso(-)
Limite de endividamento de curto prazo	2.128.902	0	2.128.902
Limite de endividamento de médio e longo prazo	21.289.022	16.368.378	4.920.644
Limite de endividamento líquido	17.257.389	13.169.749	4.087.640

Como se pode verificar, o Município apresenta margem positivas no vários tipos de endividamento.


25/27

V– Consolidação de contas

Por força do n.º 1 do Artigo 46º da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro), o Município de Ourém deve apresentar contas consolidadas com as empresas municipais nas quais detenha uma participação de 100%.

No final de 2011, o Município detinha participação de 100% nas seguintes entidades:

- OurémViva, E.E.M.
- SRUFátima, E.E.M.

A Portaria n.º 474/2010 aprovou uma “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, que visa estabelecer um conjunto de princípios enquadramentos, que devem estar subjacentes à consolidação de contas das entidades integradas no setor público administrativo.

Posteriormente, o SATAPOCAL – Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL, elaborou um documento com instruções para a consolidação de contas dos Municípios, o qual obteve um parecer favorável da CNCAP – Comissão Normalização Contabilística da Administração Pública.

Assim, a preparação das contas consolidadas teve por base, quer a Portaria 474/2010, quer o documento técnico do SATAPOCAL.

Verificámos então a conformidade dos procedimentos e os lançamentos contabilísticos relativos à consolidação de contas, assim como as demonstrações financeiras consolidadas, as quais incluem:

- Balanço consolidado;
- Demonstração de resultados consolidada;
- Anexo ao balanço consolidado e à demonstração de resultados consolidada.

Não foi elaborado o Mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais, conforme é recomendado pelo SATAPOCAL.

VI – Conclusões e Recomendações

Em consequência do trabalho efectuado, e tendo em conta o conteúdo da Certificação Legal de Contas, entendemos dever relatar a seguintes situações:

- a) Recomendamos que sejam efetivamente implementados mecanismos de controlo por parte do Município no âmbito das taxas e tarifas de saneamento, e resíduos sólidos urbanos, para uma eficiente monitorização e controlo destas receitas.
- b) Verificamos a ausência de qualquer apólice de seguro para os edifícios propriedade do município. Atendendo ao eventual risco associado, recomendamos que para todos os bens patrimoniais do município seguráveis sejam efetuados os respetivos seguros.
- c) O Município deverá encetar as diligências necessárias com vista ao registo no seu património dos bens omissos;
- d) Finalmente, recomendamos a elaboração do Mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais, atendendo às orientações genéricas de consolidação de contas aprovada pela Portaria 474/2010 de 15 de Junho.

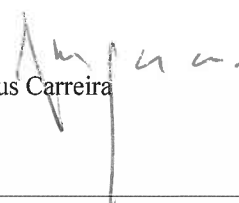
Como corolário do trabalho desenvolvido, emitimos:

- 1) A Certificação Legal das Contas do Município de Ourém (contas individuais);
- 2) A Certificação Legal das Contas do “Grupo Municipal de Ourém” (contas consolidadas);
- 3) O Parecer do Auditor Externo nos termos da alínea e) do n.º 3 do art.º 48º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) (contas individuais e consolidadas).

Leiria, 10 de abril de 2012

LCA, SROC

Representada por
José Maria de Jesus Carreira
R.O.C nº 614



27/27